



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoliberalismo



DESENVOLVIMENTO HIDRELÉTRICO E EXPANSÃO EDUCACIONAL: A CRIAÇÃO DE ESCOLAS EM CACHOEIRA DOURADA DE GOIÁS, 1955–68

Élida Cristina Silva Ferreira¹
Josefa Nunes Pinheiro²

Resumo: As usinas hidrelétricas puseram Goiás nos “50 anos em 5” — o plano de desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek — atraíram migrantes para construí-las. A essa população, vinda de Goiás e outros estados, era preciso prover educação; e para suprir essa demanda o governo do estado providenciou escolas. O estudo aqui resumido enfocou essa providência explorando as condições em que as escolas surgiram, seu público-alvo e a responsabilidade pelo financiamento em Cachoeira Dourada, distrito de Itumbiara, GO. O estudo partiu desta indagação: em que medida as escolas criadas se valeram de benefícios da indústria da eletricidade como o recolhimento de impostos e sua reversão em benesses sociais? A tentativa de delinear respostas se orientou pelo objetivo de construir uma compreensão histórica das relações entre desenvolvimento hidrelétrico e financiamento da educação tendo em vista a gênese de escolas, sua manutenção e sua administração nos anos 1960, quando um plano econômico nacional trouxe novas perspectivas de desenvolvimento econômico para Goiás. Essa compreensão do passado da educação no sul goiano projeta elementos da expansão escolar e do valor da escola pública no interior em tempos de desenvolvimento econômico igualmente, os planos para a educação nos planos de desenvolvimento econômico e os tratamentos legais do financiamento educacional (Constituição de 1946 e lei de diretrizes da educação de 1961). O estudo se desenvolveu como pesquisa documental na área de história da educação, enfatizando as instituições escolares, sua administração e seu financiamento. Foi adotado o método materialismo histórico dialético para se verem os elos entre o modo pelo qual a sociedade produz (e garante sua existência material) e a escola que ela cria no processo de produção. As fontes incluíram legislação, atas da Câmara Municipal, relatos orais (ex-alunos e ex-diretores), fotografias, documentos escolares (diários, livros de matrícula, atas de reunião e outros). Os resultados expuseram a linha tênue entre o público e o privado (estruturação escolar, limites do financiamento, fins sociais da escola); a história de um estado pouco desenvolvido relativamente ao Sudeste e ao Sul que viu sua história mudar com a proposta desenvolvimentista de, por exemplo, erguer a capital federal em Goiás e de explorar ao máximo seu potencial fluvial via hidrelétricas como a de Cachoeira Dourada. Goiás se projetou como estado que abrigaria o centro do poder político nacional; que se renovava e que creditou a renovação a Juscelino Kubitschek. Na educação, o desenvolvimento hidrelétrico trouxe três grupos escolares para Cachoeira Dourada entre 1960 e 1968. Mas não sem contradições: passaram a coexistir dois tipos de escola subvencionada pelo Estado: um público (o grupo escolar) e um público-privado

¹ Maior titulação, filiação institucional. E-mail: meuemail@paracontato.com

² Maior titulação, filiação institucional. E-mail: meuemail@paracontato.com



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoliberalismo



(um instituto para filhos de funcionários da empresa estadual operadora da hidrelétrica). A coexistência é contraditória porque dividiu a população em um grupo privilegiado (o governo lhe construiu e fez funcionar uma escola vinculada a um projeto arrojado de desenvolvimento econômico) e uma parcela expressiva sem privilégios que tinha de estudar nas opções que o município deixou: dois grupos escolares.

Palavras-chave: Usinas hidrelétricas; Impostos; Financiamento da educação; Gênese de escolas.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Marta. **Cachoeira Dourada 50 anos** — meio século de energia. Cachoeira Dourada: Endesacachoeira, 2000.

CRUZ, Marta Vieira. **Brasil nacional-desenvolvimentista (1946–1964)**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html. Acesso em: 22 jul. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 — Especial, out. 2007, p. 831–55. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 jul. 2014.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU, 1974.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

ROCHA, Hélio. **Memória da energia em Goiás: CELG 50 Anos**. Goiânia: ed. do autor, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa F. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)**. São Paulo: ed. UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa F. **Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890–1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

VIDAL, Diane G. (Org.). **Grupos escolares no Brasil: cultura escolar primária e escolarização da infância**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.